



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL RODRIGO MARTINS

## COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

### PROJETO DE LEI Nº 8.938, DE 2017

Altera Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, dispondo sobre a obrigatoriedade de autorização expressa do usuário para que operadora de telecomunicações coloque seu terminal em roaming internacional.

**Autor:** Deputado CABUÇU BORGES

**Relator:** Deputado RODRIGO MARTINS

### COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO

Durante a discussão da matéria, fui convencido a alterar meu voto para incluir no Projeto de Lei o mandamento de que o consumidor tem direito à informação sobre as condições de preços e tarifas que contratar, de forma prévia e adequada.

Entretanto, ao consultar o texto da Lei nº 9.472, de 1997, objeto da presente alteração, constatei que uma parte da informação já consta do texto em vigor (Art. 3º, IV), que é a referente à informação adequada de preços e tarifas, devendo constar, como acréscimo, apenas a referência de que essa informação deve ser prévia à contratação dos serviços, que o faço atualizando a emenda anexa.

Pelo exposto, voto pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 8.938, de 2017, nos termos da emenda anexa.

Sala da Comissão, em 18 de abril de 2018.

**Deputado RODRIGO MARTINS**

Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL RODRIGO MARTINS

## PROJETO DE LEI Nº 8.938, DE 2017

Altera Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, dispondo sobre a obrigatoriedade de autorização expressa do usuário para que operadora de telecomunicações coloque seu terminal em roaming internacional.

### EMENDA DO RELATOR

Dê-se ao art. 2º do projeto em epígrafe a seguinte redação:

“Art. 2º. O art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, passa a vigorar com a seguinte alteração no inciso IV e acrescido do inciso XIII:

Art. 3º .....

.....

IV - à informação adequada sobre as condições de prestação dos serviços, suas tarifas e preços, previamente à contratação do serviço de telecomunicações (NR)

.....

XIII – de não ser cobrado por serviço de dados em *roaming* internacional cuja ativação não tenha sido prévia e expressamente por ele autorizada.

Sala da Comissão, em 18 de abril de 2018.

**Deputado RODRIGO MARTINS**

Relator